

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	10
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	11
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	12
10.5 - Políticas contábeis críticas	14
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	16
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	17
10.8 - Plano de Negócios	18
10.9 - Outros fatores com influência relevante	19

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

### **5.1. DESCRIÇÃO, QUANTITATIVA E QUALITATIVA, DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS.**

Não se aplica em vista de a Companhia estar em fase de levantamento das necessidades e dos meios para fins de atuação no mercado brasileiro.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO ADOTADA PELA COMPANHIA, SEUS OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS:**

- a. riscos para os quais se busca proteção*
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)*
- c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)*
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*
- e. se a Empresa opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos*
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

Não aplicáveis à Empresa no momento.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**5.3. EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE ESTAMOS EXPOSTOS OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.**

Não aplicáveis à Empresa.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAMOS RELEVANTES**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5.4".

## 10. Comentários dos Diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011 CONSTATA-SE A OCORRÊNCIA DE SIGNIFICATIVAS VARIAÇÕES NA ESTRUTURA PATRIMONIAL DA EMPRESA.

O ATIVO APRESENTOU UMA EVOLUÇÃO DA ORDEM DE 100%, QUANDO COMPARADO COM 2010, DECORRENTE DO CRESCIMENTO DAS RUBRICAS DO ATIVO CIRCULANTE (EVOLUÇÃO DE 119%) E ATIVO IMOBILIZADO (EVOLUÇÃO DE 1.870%). REFERIDAS VARIAÇÕES DECORREM DO APORTE DE RECURSOS POR PARTE DO ACIONISTA CONTROLADOR, PARA O FINANCIAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA, QUE NÃO FORAM TOTALMENTE UTILIZADOS.

JÁ COM RELAÇÃO À ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DA EMPRESA PODE-SE AFIRMAR QUE A MESMA TAMBÉM PASSOU POR PROFUNDAS ALTERAÇÕES, JÁ QUE HOVE RECLASSIFICAÇÕES DE PASSIVOS CONTINGENTES DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE PARA O PASSIVO CIRCULANTE, EM FUNÇÃO DAS AVALIAÇÕES DOS PROCESSOS JUDICIAIS NOS QAIS A TELEBRAS FIGURA NO PÓLO PASSIVO, E EM FUNÇÃO TAMBÉM DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DA EMPRESA, QUE IMPLICARAM EM FORTE CRESCIMENTO DOS PASSIVOS JUNTO A FORNECEDORES (PASSIVO CIRCULANTE). EM FUNÇÃO AINDA DO INGRESSO DE RECURSOS A SEREM INCORPORADOS AO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA, DECORRENTES DE SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL POR PARTE DO ACIONISTA CONTROLADOR O PATRIMÔNIO LÍQUIDO APRESENTOU FORTE EVOLUÇÃO, PASSANDO DE R\$ 29,8 MILHÕES NEGATIVOS PARA R\$ 77,9 MILHÕES NEGATIVOS.

ASSIM SENDO OS DADOS DA ESTRUTURA PATRIMONIAL REFLETEM UMA SITUAÇÃO QUE DEVE CONTINUAR SOFRENDO PROFUNDAS ALTERAÇÕES NOS PERÍODOS SUBSEQUENTES, UMA VEZ QUE A ATIVIDADE DA EMPRESA REQUER A UTILIZAÇÃO INTENSIVA DE CAPITAIS CONCENTRADOS NO SEU ATIVO IMOBILIZADO E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE SEU PROJETO FOI ACELERADO AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2011, COM REFLEXOS MAIS FORTES NOS EXERCÍCIOS SEGUINTE.

DESTAQUE PARA O AUMENTO DO PREJUÍZO VERIFICADO NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AO DO PERÍODO DE 2010. ESSE AUMENTO DEVEU-SE PRINCIPALMENTE AO FATO DE QUE EM 2010 HOVE REVERSÃO DE DESPESAS DA PROVISÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP, EM FUNÇÃO DE SUA REVOGAÇÃO PARCIAL GERANDO UMA RECEITA DE REVERSÃO DA ORDEM DE R\$ 27 MILHÕES, ENQUANTO QUE EM 2011 A RECEITA DECORRENTE DA EXTINÇÃO DO REFERIDO PROGRAMA GEROU RECEITA DE REVERSÃO DE R\$ 8,7 MILHÕES.

AS RECEITAS OBTIDAS PELA TELEBRÁS COM AS APLICAÇÕES FINANCEIRAS, AINDA SÃO SUA RECEITA MAIS EXPRESSIVA E TEM SIDO UTILIZADAS PARA COBRIR OS DESEMBOLSOS DECORRENTES DE SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, JÁ QUE AS DESPESAS FINANCEIRAS APROPRIADAS NÃO AFETAM O CAIXA DA EMPRESA.

EM DECORRÊNCIA DA APURAÇÃO DE PREJUÍZO NO EXERCÍCIO E DA PERMANÊNCIA DE PREJUÍZOS ACUMULADOS, NÃO FORAM FEITAS PROVISÕES PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO AOS ACIONISTAS, BEM COMO NÃO FOI APROPRIADA A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DOS EMPREGADOS.

EM R\$ MIL

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM					
	2011		2010		2009	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>9.529</b>	<b>19,9</b>	<b>27.237</b>	<b>196,5</b>	<b>181</b>	<b>0,9</b>
Receitas de Serviços Prestados	99	0,2				
Recup. de Contingências - PISP	8.712	18,2	27.077	195,3	0	0,0
Dividendos/JCP e Outras	718	1,5	160	1,2	181	0,9
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>54.612</b>	<b>114,0</b>	<b>(36.640)</b>	<b>(264,3)</b>	<b>(18.422)</b>	<b>(89,5)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	48.808	101,9	(16.107)	(116,2)	(6.415)	(31,2)

**10. Comentários dos diretores**

Provisão para Contingências	5.505	11,5	(17.382)	(125,4)	(8.065)	(39,2)
<b>10.1 Condições financeiras patrimoniais</b>					(2.451)	(11,9)
Prest.						
Impostos, Taxas e Contribuições	264	0,6	(81)	(0,6)	(38)	(0,2)
Perdas com Ações Judiciais	35	0,1	(65)	(0,5)	(1.453)	(7,1)
<b>Prejuízo antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(45.083)</b>	<b>(94,1)</b>	<b>(9.403)</b>	<b>(67,8)</b>	<b>(18.241)</b>	<b>(88,6)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.826)</b>	<b>(5,9)</b>	<b>(3.659)</b>	<b>(26,4)</b>	<b>(297)</b>	<b>(1,4)</b>
Receitas Financeiras	48.879	102,0	31.830	229,6	31.757	154,2
Despesas Financeiras	(51.705)	(107,9)	(35.489)	(256,0)	(32.054)	(155,7)
<b>Resultado Antes dos Tributos</b>	<b>(47.909)</b>	<b>(100,0)</b>	<b>(13.062)</b>	<b>(94,2)</b>	<b>(18.538)</b>	<b>(90,0)</b>
Provisão para IR e CSLL	0		(799)	(5,8)	(2.052)	(10,0)
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(47.909)</b>	<b>100,0</b>	<b>(13.861)</b>	<b>100,0</b>	<b>(20.590)</b>	<b>100,0</b>

*b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate;*

**(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 419,5 milhões. Está representado por ações ordinárias e ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada a prioridade no recebimento de dividendos de acordo com o estatuto social da Companhia. Não há possibilidade de resgate de ações, exceto nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o resgate far-se-ia pelo seu valor econômico, a ser obtido com base nas cotações médias verificadas nos pregões em que houve negociações.

*c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

O volume de recursos alocados no item de Disponibilidades é suficiente para a cobertura dos compromissos assumidos uma vez que representa 95% dos valores consignados no Passivo circulante da Empresa, e gera receitas financeiras em decorrência de sua aplicação em instituições financeiras públicas, garantindo ainda a quitação dos compromissos vencidos, já que a Companhia não trabalha com compromissos vencidos.

*d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas*

No exercício de 2011, a TELEBRÁS contou como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para custeio de seus investimentos em ativos operacionais, com recursos provenientes do Acionista Controlador (União), para futuros aumentos do Capital Social da Empresa, acrescidos da receita financeira originária da aplicação financeira dos excedentes desses recursos.

*e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

A Empresa conta com recursos já disponíveis aplicados no mercado financeiro, que garantem a cobertura dos compromissos decorrentes dos investimentos já comprometidos e a comprometer, conforme descrito na alínea "d".

*f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*

RUBRICAS	2011		2010	
	R\$ MIL	PART. %	R\$ MIL	PART. %
DISPONIBILIDADES	635.318	90,2	270.178	87,2
OUTRAS CONTAS A RECEBER	68.541	9,8	40.797	12,8
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>703.859</b>	<b>100,0%</b>	<b>320.975</b>	<b>100,0%</b>
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRAB.	7.682	1,0	7.435	2,3
FORNECEDORES	44.579	6,3	1.834	0,5

**10. Comentários dos Diretores / 10.1 Condições financeiras/patrimoniais**

CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	254.549	36,2	32.698	10,2
EMPENHOS DE TERMO E CONDIÇÃO	12.379	6,0	22.073	11,9
PROVISÃO PROG.INDEN.SERV.PREST.-PISP	-	-	12.651	3,9
GRUPAMENO DE AÇÕES	13.178	1,9	-	-
RETENÇÕES DE IMPOSTOS	2.372	0,3	158	-
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	1.861	0,3	211	-
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	300.000	42,6	7.420	2,3
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>666.560</b>	<b>94,7</b>	<b>100.480</b>	<b>31,3</b>
<b>LIQUIDEZ CORRENTE</b>	<b>R\$ 1,05</b>		<b>R\$ 3,19</b>	

Os passivos circulantes da Empresa representam 95% do volume de recursos mantidos no ativo circulante, em que as disponibilidades para uso imediato representam 90%. Portanto, as dívidas de natureza eminentemente operacional pouco comprometem a solvabilidade. A dívida maior está representada por passivos contingentes, cujo desfecho depende ainda de decisões judiciais, que podem variar para mais ou para menos. Contudo, a administração entende que o nível de provisões é adequado.

**i.contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Pelo fato de a Empresa estar se capitalizando com o aporte de recursos do acionista controlador, não tem se utilizado de empréstimos tomados junto ao mercado financeiro.

**ii.outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não se aplica, de acordo com o descrito no item "i";

**iii.grau de subordinação entre as dívidas**

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
PASSIVO CIRCULANTE	666.560	68,3	100.480	21,0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	310.016	31,7	376.451	79,0
<b>PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>976.576</b>	<b>100,0</b>	<b>476.931</b>	<b>100,0</b>

A distribuição da dívida total indica que 68% em 2011 concentram-se no passivo circulante, ante 21% de 2010. Tal alteração de subordinação decorre do fato de que em decorrência do processo de avaliação permanente dos passivos contingentes, parte expressiva da dívida de longo prazo foi transferida para o passivo circulante da companhia alterando significativamente o grau de subordinação, juntamente com a reclassificação dos adiantamentos para aumento do capital.

**iv.eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

**Limites de endividamento:** Estatutariamente não há estabelecimento de limites para o endividamento da Empresa. Contudo, o orçamento aprovado pelo acionista controlador impõe limites para a captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. As operações financeiras são analisadas com base na relação custo/benefício (alavancagem financeira).

**Distribuição de Dividendos:** A Empresa segue o estabelecido no estatuto social, qual seja a distribuição a título de dividendos de 25% do lucro apurado no exercício. Primeiramente são atribuídos os dividendos às ações preferenciais de 6% do valor da ação. Em seguida, são atribuídos os dividendos às ações ordinárias na proporção das ações emitidas. Se houver ainda saldos remanescentes, que permitam distribuição os mesmos são atribuídos aos acionistas ordinaristas e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do prejuízo apurado em 2011 a proposta da Administração de destinação do resultado não contempla o pagamento de dividendos.

**Alienação de ativos:** Deve ser feita com base no que determina a Lei 8.666, aplicável a todas as entidades e empresas do setor público federal.



**Emissão de novos valores mobiliários:** Segue as determinações do estatuto social em seus artigos

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 Condições financeiras/patrimoniais

89, 98 e 109 a orientação do acionista controlador, que estabelece os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da empresa, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

**Alienação de Controle Acionário:** O estatuto social da Companhia não prevê esta modalidade. Contudo, a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo acionista controlador e pela Assembleia Geral.

*g. limites de utilização dos financiamentos já contratados*

Como a empresa não se utiliza de empréstimos para o financiamento das suas atividades o item não se aplica.

*h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras*

A descreve-se a seguir as alterações significativas em itens das Demonstrações Financeiras, com base na comparação dos exercícios 2011/2010.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS (VALORES EM R\$ MIL)							
	2011			2010			2009	
	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%
<b>Ativo Circulante</b>	<b>703,9</b>	<b>78,3</b>	<b>119,3</b>	<b>321,0</b>	<b>71,8</b>	<b>7,0</b>	<b>300,0</b>	<b>69,3</b>
Disponibilidades	635,3	70,6	126,7	280,2	62,6	6,1	278,5	64,3
Tributos a Recuperar	34,3	3,8	61,0	21,3	4,8	273,6	5,7	1,3
Outros Valores	34,3	3,8	75,9	19,5	4,3	23,4	15,8	3,6
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>194,7</b>	<b>21,7</b>	<b>54,3</b>	<b>126,2</b>	<b>28,2</b>	<b>(5,2)</b>	<b>133,1</b>	<b>30,7</b>
Realizável a Longo Prazo	115,9	12,9	(5,2)	122,2	27,3	(8,1)	132,9	30,7
Imobilizado/Intangível	78,8	8,8	1.870,0	4,0	0,9	1.900,0	0,2	0,0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>898,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,9</b>	<b>447,2</b>	<b>100,0</b>	<b>3,3</b>	<b>433,1</b>	<b>100,0</b>
Passivo Circulante	666,6	74,2	563,2	100,5	22,4	(0,4)	100,1	23,5
Passivo Não Circulante	310,0	34,5	(17,7)	376,4	84,2	7,8	349,3	80,7
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>976,6</b>	<b>108,7</b>	<b>104,7</b>	<b>476,9</b>	<b>106,6</b>	<b>6,1</b>	<b>449,4</b>	<b>104,2</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(77,9)</b>	<b>(8,7)</b>	<b>(161,4)</b>	<b>(29,8)</b>	<b>(6,6)</b>	<b>(83,9)</b>	<b>(16,2)</b>	<b>(4,2)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>898,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,9</b>	<b>447,2</b>	<b>100,0</b>	<b>3,3</b>	<b>433,1</b>	<b>100,0</b>

### Ativo Circulante

**Disponibilidades:** Aumento de 126% em função do ingresso de recursos para aumento do capital social, cujo saldo não utilizado permanece na conta de aplicações financeiras de curto prazo.

**Tributos a Recuperar:** Aumento de 61% resultante da atualização dos tributos pela taxa SELIC e de novas retenções na fonte do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos no exercício, apesar das compensações efetuadas no período com débitos tributários relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariados e prestadores de serviço pessoa jurídica, além do débito de IRRF reclamado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral de Fazenda no processo judicial nº 200334000405974, ainda objeto de contestação no processo nº 200234000366948 de Ação Anulatória, em trâmite na Justiça Federal.

**Outros ativos circulantes:** Aumento de 75,9% principalmente em decorrência de depósitos judiciais efetuados no período, por decisões judiciais.

### Ativo não Circulante:

**Realizável a Longo Prazo:** Redução de 5,2% no realizável a longo prazo em função da transferência de saldos de tributos a recuperar para o ativo circulante.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 Condições financeiras/patrimoniais

**Imobilizado:** Em função dos investimentos realizados apresentou evolução de 1.870% no exercício de 2011, com destaque para o crescimento do imobilizado em andamento que cresceu de R\$ 1.0 milhão para R\$ 82,9 milhões em 2011.

### **Passivo Circulante**

**Fornecedores:** Também apresentou forte variação em função das compras de imobilizado ainda não pagas no valor de R\$ 44.1 milhões, responsáveis pela evolução verificada no saldo.

**Contingências Passivas:** Além do anteriormente citado o crescimento acentuado do passivo circulante decorreu da transferência de valores do passivo não circulante, em função de avaliações de processos judiciais, levando à administração a determinar a sua reclassificação de forma a melhor espelhar a situação decorrente desse processo.

### **Prejuízo do Exercício**

Em 2011 houve recrudescimento no prejuízo da companhia motivado por reversão de provisões em nível bem inferior ao verificado em 2010, notadamente aquelas relacionadas ao programa de incentivo por serviços prestados - PISP, extinto por determinação superior, mas que contava com saldo inferior a reverter, quando relacionado com 2010.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 – RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO**

- RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM					
	2011		2010		2009	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
Receitas Operacionais	9.5	19,9	27.2	196,5	0,2	0,9
Despesas Operacionais	(54.6)	114,0	(36.6)	(264,3)	(18.4)	(89,5)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(45.1)	(94,1)	(9.4)	(67,8)	(18.2)	(88,6)
Resultado Financeiro	(2.8)	(5,9)	(3.7)	(26,4)	(0,3)	(1,4)
Provisão para Imp. de Renda e CSLL	0	0	(0,8)	(5,8)	(2,0)	(10,0)
Prejuízo do Exercício	(47.9)	100,0	(13.9)	100,0	(20.5)	100,0

As receitas operacionais da Telebrás apresentaram decréscimo de 64,1% no exercício. Tal variação decorre do fato de que o volume de reversões de provisões no período foi bem inferior ao volume de 2010, ocasião em que só a reversão da provisão para indenização por serviços prestados PISP, gerou uma receita de R\$ 27 milhões. As despesas operacionais cresceram de forma expressiva (49%), tendo em vista que as contratações de pessoal mais o retorno de grande parte do pessoal cedido à ANATEL à Empresa ensejaram no crescimento nas despesas com pessoal, com forte impacto no crescimento das despesas. Além disso, considerando a fase inicial de operação em que a empresa se encontra houve acréscimo também nos custos de serviços de terceiros, dadas as ampliações que se fizeram na sede e em instalações.

*b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:*

Os ativos da Empresa referentes a tributos a recuperar junto à Receita Federal do Brasil, são indexados pela taxa SELIC. Em 2011 as receitas decorrentes dessa indexação foram da ordem de R\$ 5,3 milhões.

*c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor*

Os adiantamentos para aumento de capital recebidos do acionista controlador são atualizados pela taxa SELIC, por determinação legal. A indexação desse passivo gerou uma despesa financeira de R\$ 13,8 milhões.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOS RESULTADOS DA COMPANHIA:**

***a) introdução ou alienação de segmento operacional***

*A autorização legal não contempla novos segmentos operacionais, já que a Telebras é concessionária de serviços públicos.*

***b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

*O plano de negócios não prevê estas modalidades.*

***c) eventos ou operações não usuais***

Não se constataram eventos ou operações não usuais.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases*****10.4 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR******10.4. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:***

Quanto ao critério dos instrumentos financeiros, a Empresa contabiliza a variação como ajuste de avaliação patrimonial em seu único ativo financeiro avaliado ao preço de mercado, a partir de 2008. Até 31.12.2007 o valor correspondente a perda ou ganho era contabilizado no resultado, havendo, portanto, um impacto irrelevante na demonstração do resultado.

Quanto ao imobilizado, ressalte-se que o mesmo vem sendo registrado com base no valor de aquisição acrescido dos custos de transporte, das despesas com instalação e na maioria dos itens são contabilizados também como custo os gastos de testes da operação inicial.

Quanto ao ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo a empresa atualmente não possui nenhuma operação que possa gerar algum efeito significativo.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os custos incidentes e as variações monetárias, de acordo com as suas características.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Quanto ao ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo a empresa atualmente não possui nenhuma operação que possa gerar algum efeito significativo.

***a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2011.***

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores (Leis nº 11.638/2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009), nos Pronunciamentos, Orientações, Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, no que couber, com as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e foram examinadas por auditores independentes. Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

***b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis em 2010 e 2011.***

Não houve efeitos significativos para a Empresa conforme mencionado no item “a”.

***c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2010***

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2010, um Capital Circulante Líquido de R\$ 227,9 milhões, satisfatório pelos conceitos de liquidez, todavia, manteve o histórico de prejuízo, apurando no exercício o valor de R\$ 13,8 milhões, passando o patrimônio líquido negativo para R\$ 22,3 milhões, cuja cobertura dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 22, a União abriu um Crédito Extraordinário da ordem de R\$300 milhões, destinado à TELEBRAS, para a Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, em conformidade com o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, e futura capitalização, cujo valor será incorporado à previsão de aporte do exercício de 2011, conforme o Decreto s/nº de 28/01/2011, publicado na Edição Extra do DOU de 28/01/2011.

***c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2011***

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

CONFORME MENCIONADO NA NOTA EXPLICATIVA Nº 5 – TRIBUTOS A RECUPERAR, A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS POSSUI REGISTRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, O MONTANTE DE R\$ 145.600 MIL CORRESPONDENTE A IMPOSTOS A RECUPERAR ORIGINÁRIOS, PRINCIPALMENTE, DE RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE, CUJA REALIZAÇÃO SERÁ POR PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO ENTREGUES À RECEITA FEDERAL OU GERAÇÃO FUTURA DE RESULTADOS TRIBUTÁVEIS, POR MEIO DOS QUAIS SERÁ POSSÍVEL A SUA COMPENSAÇÃO, PROCEDIMENTO OCORRIDO NO PERÍODO PELA COMPENSAÇÃO DE R\$ 7.321 MIL RELATIVOS A DÉBITOS TRIBUTÁRIOS REFERENTE AO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE INCIDENTES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO E REMUNERAÇÃO A SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE PESSOAS JURÍDICAS. RESSALTA-SE TAMBÉM, QUE, CONFORME MENCIONADO NA REFERIDA NOTA EXPLICATIVA, A COMPANHIA, POR MEIO DE CONTRATO DE TERMO DE TRANSAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS, CEDEU PARCELA DOS DIREITOS CREDITÍCIOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA EXISTENTE À ÉPOCA DO ACORDO, CUJO VALOR, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, ERA DE R\$ 125.640 MIL. NOSSA OPINIÃO NÃO CONTÉM MODIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DESTE ASSUNTO.

CONFORME A NOTA EXPLICATIVA Nº 11 – PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP), EM 2011, A TELEBRÁS CUMPRIU DETERMINAÇÃO DO OFÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU DANDO CIÊNCIA DO ACÓRDÃO N.º 6767/2011 DE 23/08/2011 QUE DETERMINOU "O PRAZO DE 60 DIAS PARA QUE A TELEBRÁS ADOTASSE PROVIDÊNCIAS COM VISTAS A EXTINGUIR O PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP, DETERMINANDO QUE, A PARTIR DA CIÊNCIA DA PRESENTE DELIBERAÇÃO, ABSTENHA-SE DE ADMITIR NOVAS ADESÕES OU DESLIGAMENTOS NO ÂMBITO DO REFERIDO PROGRAMA" E DO OFÍCIO N.º 91/2011 DE 09/09/2011, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, O QUAL SOLICITOU À TELEBRÁS QUE, EM VIRTUDE DAS DETERMINAÇÕES DO ACÓRDÃO EMANADO PELO TCU, TOME TODAS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA EXTINGUIR IMEDIATAMENTE O PISP. ASSIM, FACE À DETERMINAÇÃO DO TCU E DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, A DIREÇÃO DA EMPRESA DECLAROU EXTINTO O PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP, ONDE FICARAM VEDADAS NOVAS ADESÕES OU DESLIGAMENTOS NO ÂMBITO DO REFERIDO PROGRAMA. O ASSUNTO ENCONTRA-SE EM ANÁLISE NO TCU, DEVIDO À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR PARTE DA TELEBRÁS. TENDO EM VISTA A EXTIÇÃO DO PISP FOI REALIZADA A REVERSÃO DA PROVISÃO EM 2011, NO VALOR RESTANTE DE R\$ 8.712. NOSSA OPINIÃO NÃO CONTÉM MODIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DESTE ASSUNTO.

CONFORME MENCIONADO NA NOTA EXPLICATIVA Nº 13 – RECURSOS CAPITALIZÁVEIS, O SALDO DE R\$ 416.671 EM 31/12/2011 CORRESPONDE A APORTE DA UNIÃO PARA A SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL, CORRIGIDOS PELA TAXA SELIC. O SALDO CITADO SERÁ UTILIZADO EM FUTURO AUMENTO DE CAPITAL DA TELEBRÁS EM FAVOR DA UNIÃO. EM FUNÇÃO DO QUE CONSTA NO DECRETO S/Nº DE 11/10/2011 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU DE 13/10/2011 FOI AUTORIZADO O AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL DA TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, NO MONTANTE DE ATÉ R\$ 300 MILHÕES, COM EMISSÃO DE NOVAS AÇÕES, MEDIANTE REPASSES DE CRÉDITOS DA UNIÃO CONSIGNADOS NA LEI Nº 12.410/11 DE 26/05/2011. FOI APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NA ATA 131ª DE 07/02/2012 DA TELEBRÁS O VALOR DE R\$ 300 MILHÕES A SER INCORPORADO AO CAPITAL NA PRÓXIMA A.G.E. NOSSA OPINIÃO NÃO CONTÉM MODIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DESTE ASSUNTO. OS RECURSOS FORAM CONTABILIZADOS NO PASSIVO POR DETERMINAÇÃO DA CVM.

CONFORME A NOTA EXPLICATIVA Nº 20 – PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS É PATROCINADORA DA FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL – SISTEL, UMA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, SEM FINS LUCRATIVOS, QUE TEM POR FINALIDADE SUPLEMENTAR AOS PARTICIPANTES DA INSTITUIÇÃO E SEUS BENEFICIÁRIOS OS BENEFÍCIOS A ELES ASSEGURADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, BEM COMO PROMOVER SEU BEM-ESTAR SOCIAL. AS CONTRIBUIÇÕES SÃO DETERMINADAS ATUARIALMENTE E CONTABILIZADAS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA. AS DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELATIVAS AOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ESTÃO DESCRITAS NA NOTA EXPLICATIVA. CABE RESSALTAR QUE O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEBRÁS, APROVOU A PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO PBS-A COMO PATROCINADORA, VISANDO PERMITIR A DISTRIBUIÇÃO DE SUPERÁVIT REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009 AOS PARTICIPANTES E ÀS PATROCINADORAS. COMO A SISTEL E A TELEBRÁS, AINDA NÃO DISPÕEM DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS QUANTO AO PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO, COMO PATROCINADORA DO PBS-A, SOBRE OS 50% DO SUPERÁVIT REGISTRADO NOS BALANCETES DA SISTEL, NÃO FOI EFETUADO O PROVISIONAMENTO DOS VALORES A RECEBER, JÁ QUE O PROCESSO SE ENCONTRA EM ANÁLISE NA PREVIC. NOSSA OPINIÃO NÃO CONTÉM MODIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DESTE ASSUNTO.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):**

### **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Segue abaixo o entendimento da Diretoria da Companhia com relação às suas práticas contábeis.

- ***Disponibilidades***

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas estatais federais. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC.

- ***Tributos a recuperar***

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade a saldos do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação.

- ***Imposto de renda e contribuição social***

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

- ***Ativos realizáveis - Créditos***

Estão representados, preponderantemente, pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

- ***Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo***

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- ***Imobilizado***

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

Em 2013, será contratada consultoria especializada para sua avaliação.

- ***Provisões e obrigações trabalhistas***

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais.

- ***Provisões para contingências***

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS. Os fundamentos e a natureza das provisões são descritos em Notas Explicativas.

- ***Planos de benefícios pós-emprego***

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas em Notas Explicativas.

- ***Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

- ***Apuração do resultado***

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

- ***Receitas (despesas) financeiras***

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

- ***Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações***

O prejuízo e o VPA por ação foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 88.693.976 (líquidas de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 109.696.976 ações em 31/12/2011. e 886.939.765.869 (líquidas de 19.366.081) ações ordinárias e 210.029.997.060 ações preferenciais totalizando 1.096.969.762.929 ações em 31/12/2010.

- ***Estimativas contábeis***

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, constituída para o programa de desligamento de pessoal denominado "Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)" e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências e, trimestralmente, as demais provisões.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs*****10.6 – CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR******10.6. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:******a – Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.***

A companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (v) sua página na internet; e (vi) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

A administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

***b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente***

A companhia mantém um processo de acompanhamento e tratamento das recomendações objeto da carta de controles internos emitida pelo auditor independente.

O documento relativo a 2011 sobre deficiências que possam comprometer o ambiente de controle e/ou a confiabilidade das demonstrações financeiras foi entregue à Administração e atesta a adequacidade dos controles adotados.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:*****a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Não se aplica, já que a companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

***b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição***

Não se aplica, conforme descrito na alínea "a".

***c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios***

Não se aplica, pelo mesmo motivo

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios*****10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu balanço patrimonial.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **10.9. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:**

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.